Domingo, 20 de maio de 2012 **OGLOBO**

ECONOMIA

O BRASIL SEM AMIANTO



ESMERALDO TEIXEIRA mostra como é retirado o amianto da rocha na mina desativada desde 1967, em Bom Jesus da Serra, no sertão da Bahia. Os moradores usam o local, de fácil acesso, como área de lazer

Na rocha, um rastro de polêmica

Exploração do amianto no país pode estar com dias contados. STF deve julgar ação este ano

Cássia Almeida* cassia@oglobo.com.br Danilo Fariello*

danilo.fariello@bsb.oglobo.com.br BOM JESUS DA SERRA (BA), MINAÇU (GO) e BRASÍLIA

smeraldo dos Santos Teixeira viveu o apogeu e a decadência da cidade de Bom Jesus da Serra, no semiárido baiano, onde começou no Brasil a extração de amianto, na mina São Félix, em 1940, que durou até 1967, quando foi descoberta a jazida em Minaçu, em Goiás.

 Conheci cinema na vila operária. Agora, lutamos para conseguir resolver esse enorme passivo ambiental e atender os doentes — diz Teixeira, que perdeu o pai, trabalhador da mina como classificador de amianto, aos 57 anos, com insuficiência respiratória.

Enquanto isso, em Minaçu, o medo é outro. O de que a fibra seja definitivamente proibida no Brasil, abalando a economia da cidade. E o medo é pertinente. O fim do uso do amianto no Brasil está cada vez mais próximo. O Supremo Tribunal Federal (STF) está pronto para julgar ação direta de inconstitucionalidade proposta por procuradores e magistrados do Trabalho contra a lei 9.055/95, que permite o uso controlado da fibra cancerígena no país. A Procuradoria Geral da República já emitiu parecer considerando que a lei federal fere a Constituição, e o próprio Supremo, numa mudança de comportamento nos últimos anos, vem permitindo que os estados legislem sobre o assunto. Matéria que era sistematicamente recusada no STF. Dos 11 ministros, sete já votaram a favor da proibição do amianto nos estados.

No Congresso, os projetos de banimento ganham força à medida que a bancada de Goiás, que apoia a exploração do minério, fica enfraquecida com as suspeitas de envolvimento de parlamentares com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Até a Eternit, que controla a única mina existente no país, diminui os investimentos na extração diante da possibilidade de banimento.

— Com a atual composição do Supremo e decisões anteriores, a ação (com pedido de inconstitucionalidade da lei) tem grandes possibilidades de êxito. Os ministros na atual composi-

QUEM VAI DECIDIR O BANIMENTO NO SUPREMO



OS QUE JÁ VOTARAM A FAVOR DA PROIBIÇÃO EM OUTRAS AÇÕES

Carlos Ayres Britto (presidente do tribunal) - É relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei que permite o uso do amianto no Brasil. Votou contra o relator Marco Aurélio Mello e manteve proibido o transporte da fibra em SP, onde há lei vetando o uso da fibra. Também votou pela manutenção da lei paulista, derrubando liminar de segunda instância

Joaquim Barbosa (vice-presidente) - Votou a favor da lei paulista de banimento, chegando a citar estudos científicos que comprovam o aparecimento de doenças relacionados ao uso de amianto, inclusive o câncer e que a lei paulista estaria respaldada pela Convenção 162 da OIT, que prevê o banimento

Celso de Mello - Votou pela lei de proibição do amianto em São Paulo, mantendo também o transporte proibido no estado

Cezar Peluso - Votou pela lei de proibição do amianto em São Paulo, mantendo também o transporte proibido no estado

Carmem Lúcia - Votou num primeiro julgamento pela suspensão da lei paulista que baniu o amianto em SP, mas mudou de posição, mantendo a proibição do amianto em São Paulo. Depois votou a favor do transporte da fibra pelas

Fonte: Pesquisa no site do Supremo Tribunal Federal (STF)

Ricardo Lewandowski - Votou a favor do transporte de amianto em SP, mas manteve, em julgamento anterior, a lei que proíbe o uso

Rosa Weber - Está há pouco tempo no Supremo, mas como vem do Tribunal Superior do Trabalho, onde são julgadas as ações de ex-trabalhadores expostos ao amianto, pode ser um voto mais sensível aos trabalhadores. A ação, inclusive, é proposta pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho



OS QUE JÁ VOTARAM CONTRA O BANIMENTO

Marco Aurélio Mello - Votou contra a lei paulista que baniu o amianto no estado e também foi o relator da ação que pedia a liberação do transporte com produtos de amianto pelas estradas paulistas. No primeiro caso, afirmou que o estado não poderia legislar sobre o assunto. No segundo caso, liberou o transporte de

Gilmar Mendes - Votou a favor do transporte de amianto em SP

José Antonio Dias Toffoli - Votou a favor do transporte de amianto

Luiz Fux - Seguiu o voto do relator Marco Aurélio Mello e permitiu o transporte de amianto pelas estradas paulistas

> nares. Entre elas, a asbestose, fibrose pulmonar que vai paulatinamente tirando a capacidade respiratória do trabalhador. O amianto foi considerado cancerígena pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1977.

Mas a produção da fibra alternativa, com polipropileno, ainda não é suficiente para cobrir os lares brasileiros em construção, diz a Eternit. Já a Brasilit, única empresa que produz a telha sem amianto, antiga sócia da Eternit e que hoje divide o banco dos réus nas ações judiciais dos ex-trabalhadores por adoecimento ou morte, diz, por meio da associação de fibrocimento, que não haverá impacto significativo e que pode atender a esse mercado. Acrescenta que a telha ficará, no máximo, de 7% a 12% mais cara. A Eternit contesta: o preço subirá 30%.

Há ainda a situação de Minaçu, dependente do amianto, assim como foi Bom Jesus da Serra, no sertão baiano, até 1967 e que hoje vive das aposentadorias rurais, Bolsa Família e agricultura de subsistência.

Pela complexidade do tema, o ministro Marco Aurélio aceitou pedido do Instituto Brasileiro do Crisotila (IBC) e determinou a realização de audiência pública para ouvir argumentos sobre a inconstitucionalidade da lei paulista que impede a passagem de amianto no Estado de São Paulo. A audiência ocorrerá nos moldes de outros temas polêmicos, como aborto de bebês anencéfalos ou cotas raciais em universidade.

Se for pelo banimento, trabalhadores, políticos e empresas apostam que a decisão do STF deverá ser acompanhada da chamada "modulação de efeitos", instrumento previsto na lei 9.868/99, pelo qual o tribunal prevê um cronograma para adoção de suas decisões. A medida tem sido tomada em decisões que implicam perda significativa de arrecadação para estados, como a determinação do fim da guerra fiscal, em 2011. Mas a decisão sobre a modulação depende de apoio de dois terços do STF, ou seja, oito votos em 11.

Empresa poderá pedir compensação

O deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), a favor do banimento, lembra que substitutivo ao projeto de lei que tramitava sobre o tema, em 2002, previa cronograma com compensação de ICMS a Goiás e outros impostos à cidade de Minaçu, aposentadoria antecipada de funcionários antigos da indústria e capacitação dos demais, para buscarem novas ocupações. O texto previa ainda pagamento de seguro-desemprego mais longo aos cidadãos de Minaçu.

Se a decisão do STF indicar o banimento, a Sama, empresa que faz a mineração em Goiás, e sua controladora, a Eternit, buscarão na Justiça compensação pela receita a que teriam direito com a atividade em vigor.

Em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador, o amianto começou a frequentar a vida das pessoas no ano em que foi abandonado no semiárido baiano. Em 1967, era construída a fábrica de telhas e caixas d'água da Eternit. A Associação Baiana de Expostos ao Amianto localizou mais de 300 ex-operários. Muitos doentes. Têm placas pleurais (endurecimento de partes da pleura, membrana que envolve o pulmão), asbestose (fibrose pulmonar sem cura e que mata aos poucos por incapacidade respiratória) e câncer.

A indústria, por sua vez, diz que as condições de trabalho melhoraram muito a partir dos anos 80:

· Todo o processo de mineração e produção é fechado.■

* Enviados especiais

• GUERRA DOS QUE PRODUZEM COM E SEM A FIBRA, na página 40



EX-OPERÁRIOS da Eternit, em Simões Filho (BA): cartaz de colega que morreu de câncer

ção se inclinam muito a atender apelos de cunho social. E essa é uma questão eminentemente social. As ações que visem a resguardar esses direitos procedem — afirmou o jurista Célio Borja, ex-ministro do STF.

 Não acreditamos que o fim é iminente. Mas sabemos que é uma ameaça real e estamos fazendo pesquisas para produzir sem amianto — diz Élio Martins, presidente da Eternit.

A um mês da conferência sobre desenvolvimento sustentável Rio+20, O GLOBO inicia hoje a série de reportagens "O Brasil sem amianto", que fará também uma radiografia da saúde dos trabalhadores expostos à fibra, usada em telhas e caixas d'água, além dos efeitos no meio ambiente.

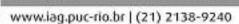
Se a decisão do STF for pelo banimento, irá ao encontro de 66 países mundo afora, que também aboliram a fibra do processo produtivo. Há fibras alternativas, nascidas da necessidade de se encontrar produto tão poderoso quanto o amianto (a palavra asbesto, como também é conhecido a fibra, vem do grego e significa indestrutível, imortal, inextinguível), mas que não provocasse câncer e doenças pulmo-

MBA do IAG PUC-Rio.

FINANÇAS RH

PROJETOS

MARKETING INVESTIMENTOS MANAGEMENT





MÍRIAM



oglobo.com.br/economia/miriam

Campo da floresta

• Nove da noite no horário local — uma hora a menos que no resto do Brasil —, e eu estou no aeroporto de Sinop, em Mato Grosso. Espero o avião para Alta Floresta. O aeroporto parece ter sofrido uma devastação. Está em obras. O espaço que já era mínimo ficou ainda menor com as áreas isoladas pelas fitas amarelas e pretas. Não há lugar para sentar e esperar o avião, que está atrasado. A internet funciona, e a rede tem o nome de "Evo".

Tento achar algo aberto no andar de cima para comprar uma barra de cereais que me aplaque a fome depois de um dia de trabalho sem tempo para o almoço. Tudo o que se vê são cadeiras sobre as mesas e um correntão cercando a geladeira. Haveria suco para vender, se houvesse gente atendendo, mas a única lanchonete está fechada também.

O nome do aeroporto é Presidente João Figueiredo. Nada estranho, afinal, foi na ditadura que nasceram esta e várias outras cidades aqui. Desde então, a região é uma área de expansão de soja, algodão, milho e, sobretudo, pecuária. A floresta é abatida de maneira incessante ano após ano.

As conversas com especialistas e estudiosos que tive em Sinop, e, no dia anterior, em Campinas deixaram claro para mim, mais uma vez, que o ruralismo brasileiro é mesmo estranho. Ele avança sua fronteira de culturas de alimentos e pecuária, que seriam modernas não fosse o fato de que destroem áreas protegidas. Descuida-se do respeito aos direitos dos trabalhadores e deixa atrás de si terra degradada. Ele se mobiliza para eleger representantes que tomam o Congresso e invertem a direção do tempo na negociação do Código Florestal. Era hora de discutir como integrar melhor produção e proteção, mas o ruralismo prefere gastar todo o seu capital político na discussão sobre quantos metros deve haver na beira dos rios. Ele se mobiliza contra a aprovação da PEC do trabalho escravo. E isso nem justiça à classe faz, porque os ruralistas não são todos iguais. Há boas e velhas formas de agir, e as histórias modernas são

animadoras. No final, de tanto brigar para reduzir as matas ciliares, a reforma do Código Florestal que foi aprovada pelo Congresso criou regras que não fazem sentido. Há várias maluquices. Uma delas é que de tanto suprimir aqui, mudar ali, restaurar acolá, os rios menores são protegidos, os grandes, não. Ficou estabelecido que em rios de até 10 metros de largura é preciso recuperar 15 metros de APP devastada. Mas em rios com mais de 10 metros de largura não é preciso recuperar nada. Apesar de ter passado pelo Congresso, o Código não representa o pensamento majoritário do país. Se a presidente Dilma o vetar, estará dando uma segunda chance ao Congresso, ao patrimônio natural, à agricultura moderna. E isso, democraticamente, é uma das prerrogativas da Presidência. Não será antidemocrático, como tem sido dito. Essa decisão pertence à presidente da República.

Há produtores tentando se regularizar, há dificuldades burocráticas inaceitáveis, e os agricultores brasileiros pequenos, médios e grandes têm problemas que poderiam ser minimizados se o governo os enfrentasse. O curioso é que nenhum dos problemas reais foi tratado. Eles ficaram discutindo os metros de rios, e os tamanhos de APPs (Áreas de Preservação Permanente). Foi um debate mesquinho demais para o tamanho das nossas responsabilidades.

O setor agropecuário é fundamental para o Brasil, mas deveria se articular sobre as questões que reduzem drasticamente sua produtividade, como a logística do país que reduz tudo o que se consegue de ganhos no campo, por exemplo.

Se ficar conhecido internacionalmente — seja isso justo ou não — como um setor que se mobiliza no Congresso pelo direito de desmatar ou que barra a aprovação da PEC que elimina o trabalho escravo, encontrará barreiras comerciais aos seus produtos. Toda vez que tiver que competir isso será levantado contra a produção brasileira. E o setor não precisa disso. Pode e deve modernizar sua representação, seu discurso, sua visão e sua estratégia.

As grandes cidades dessa área do Centro-Oeste se parecem. São sempre superjovens. Alta Floresta completou 36 anos ontem. Sinop tem a mesma idade. Todas levaram a fronteira da destruição para bem dentro da mata. Algumas começam a mudar. Outras ainda acham normal a derrubada da mata da forma mais primitiva do mundo: o correntão.

O avião demorou, mas chegou. Os forasteiros como eu se espantam, mas não os moradores da região: não há qualquer funcionário público passando bagagens pelo detector de metais. Nós simplesmente entramos na sala de embarque. E ponto. É noite sobre a Amazônia. Vou em direção a outra parte desse Brasil imenso que nunca decepciona os jornalistas: há sempre uma notícia em cada parte do caminho.

E o mais interessante é que quando o assunto é a Rio+20 e o desenvolvimento sustentável não se pode ficar apenas no Rio, porque o tema nos leva para os outros pontos do país. Eles se entrecruzam. O Sul, o Sudeste e o Nordeste precisam da Amazônia e do Cerrado. É uma biodiversidade que se complementa de Norte a Sul.

O BRASIL SEM AMIANTO

O RETRATO DO MERCADO

- 4.570 são trabalhadores diretos na atividade de fribrocimento, com e sem
- O mercado produz 250 milhões de metros quadrados de telhas de fibrocimento (com
- e sem amianto) por ano A única que produz sem amianto é a **Brasilit**



PREÇO DAS TELHAS

- A Eternit diz que telhas sem amianto podem custar até 30% mais
- A Brasilit pela associação fala apenas em alta entre 5% e 10% Fonte: Eternit, Unicamp, Associação Brasileira das Indústrias e Distribuidores de Produtos de Fibrocimento (Abifibro) e Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM)

- FATURAMENTO: cerca de **R\$ 3 bilhões**
- PRODUÇÃO: São extraídas 305 mil toneladas de amianto por ano no Brasil, da única mina existente, a Canabrava, em Minaçu (GO), 130 mil toneladas ou 43%, são exportadas
- PRODUÇÃO MUNDIAL: São produzidas 200 milhões de toneladas por ano no mundo: 96% são usadas em produtos de fibrocimento (telhas. tubos e caixas de água), 3% em produtos de fricção e 1% na indústria têxtil e outros fins
- RESERVAS E PRODUÇÃO: Brasil é o terceiro maior produtor de amianto no mundo, atrás de Rússia e China

■ EXPORTAÇÃO: Os principais países compradores das fibras brasileiras em 2010 foram:

(Em US\$ milhões) 34,95 15,65 Juntos esses países geraram Tailândia 3,54 80,77% do

faturamento Malásia 3.19 com exportação

O MATERIAL DE QUE É FEITO CADA TIPO DE TELHA

Fibrocimento: são fabricadas a partir da junção de fibras (com ou sem amianto) com cimento

Com amianto: o mineral usado na fabricação de telhas e caixas d'água é o branco, conhecido como crisotila

■ Polipropileno (PP): é uma resina plástica

Sem amianto:

produzida pela Brasken A telha é fabricada pela Brasilit (Saint-Gobain), que detém 18% do mercado total de telhas brasileiro. É a única telha de fibrocimento alternativa à de amianto sendo produzida no Brasil ■ Álcool polivinílico (PVA): a matéria-prima é o acetato de polivinila. Japoneses e chineses produzem telhas usando esta fibra

■ Poliacrilonitrila (PAN): a matéria-prima principal é a acrilonitrila, resina usada na indústria têxtil e produzida no Brasil pela Radici, mas nenhuma empresa produz a telha ainda

No país, queda de braço entre os que produzem com e sem a fibra

Eternit: proibição tornará 'difícil forrar casinhas de menos abastados'. Brasilit nega



Mariana Timóteo da Costa

• SÃO PAULO. O Brasil é o terceiro maior produtor de amianto do mundo, com 305 mil toneladas extraídas por ano. Perde apenas para Rússia e China. Da produção da mina, 45% são exportados. Mas é no mercado interno que a disputa se dá com mais força.

- Estamos em guerra comercial — diz Elio Martins, presidente da Eternit, única empresa que extrai amianto da mina de Minaçu, em Goiás, e utiliza o produto na fabricação de 82% de suas telhas de fibrocimento — os 18% restantes das telhas fabricadas são feitas sem amianto.

No outro lado do campo de batalha, está a franco-brasileira Brasilit (Saint-Gobain), antiga sócia da Eternit que, em 1997, após a União Europeia (UE) banir o amianto, deixou de produzir telhas com o material no Brasil, desenvolvendo uma tecnologia substituta chamada PP, à base de resina plástica. O mercado das chamadas telhas de fibrocimento (com e sem amianto) movimenta cerca de R\$ 1,92 bilhão anualmente no país e gera 4.570 empregos diretos — ou seja, en-



ÉLIO MARTINS destaca a qualidade e os preços menores do amianto

tre quem extrai o material, fabrica as telhas e as transporta.

O faturamento da Eternit é de R\$ 1 bilhão por ano e a empresa lidera o mercado de fibrocimento (32%); seguida pela Brasilit (18%) e por outras nove empresas, detentoras da outra metade do mercado. Como a Eternit e a única que tem a mina, vende a matéria-prima para as demais, que fabricam telhas com o material. Como numa guerra, Eternit e Brasilit divergem sobre a qualidade e os custos de seus produtos. Um complicador é que, ao contrário da produtora de telhas com amianto, a Brasilit não divulga dados, e seus executivos não falam com a imprensa "para não alimentar esta ba-

■ Estados ■ Cidades*

talha verbal", diz a assessoria de comunicação.

Perda de empregos estimada entre 600 e 170 mil

Enquanto Élio Martins diz que, se o amianto for proibido de vez, "ficará difícil forrar casinhas dos menos abastados", João Carlos Duarte Paes, presidente da Associação Brasileira das Indústrias e Distribuidores de Produtos de Fibrocimento (Abi-Fibro), que "fala em nome da

Brasilit", garante que não. As telhas sem amianto são apenas 7%, 8% mais caras. Se o mercado demandar mais, os custos de produção caem. Além disso, a própria Eternit já fabrica telhas sem amianto e tem plenas

condições de garantir, ao lado de Brasilit e outras, que não falte teto para as casinhas. Por que a Eternit insiste no amianto? — indaga Duarte Paes. Nas lojas de materiais de cons-

trução, telhas com ou sem amianto, as mais baratas (de 4mm) custam de R\$ 9,90 a R\$ 13,90. Martins rebate, afirmando

que os produtos oferecidos pela Brasilit chegam a ser 30% mais caros, e que "a empresa perde dinheiro ao não repassar os custos ao consumidor, e é por isso que ela faz tanto lobby contra o amianto":

- Além disso, há a questão da qualidade, não é? Telhas de amianto duram 70 anos, estão perfeitas. Já as sem amianto precisam ser trocadas a cada 20 anos.

Segundo o presidente da Abi-Fibro, os fabricantes têm plenas condições de absorver a atual demanda por telhas de fibrocimento no Brasil, em torno de 250 milhões de metros quadrados de telhas por ano. Duarte Paes cita produtos à base de PVA e de PAN, fibra usada na industria textil, como promissores nesse mercado.

Enquanto a Eternit afirma temer pelos empregos de até 170 mil pessoas — que dependeriam direta ou indiretamente da indústria do amianto, incluindo os trabalhadores de lojas de material de construção — a AbiFibro vê ameaça somente na perda de cerca de 600 empregos, os trabalhadores da

PE

Cinco estados já decidiram proibir

Mais de 20 cidades baniram o uso do minério. Leis são contestadas na Justiça

Cássia Almeida cassia@oglobo.com.br

 Enquanto a questão nacional de banimento do amianto se dá no plenário do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, assembleias legislativas de estados e câmaras municipais aprovam suas próprias leis de banimento. Já são cinco estados (São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) que proibiram o uso da fibra e 21 cidades onde o amianto não pode ser usado. A grande maioria das leis é questionada no mesmo Supremo, com a alegação de que uma lei estadual não pode se sobrepor a uma lei federal, como a 9055/95, que permite o uso controlado da fibra no Brasil.

Mas a lei do estado de São Paulo marcou um mudança de comportamento do Supremo. Os mifoi permitido o transporte da fibra pelas estradas paulistas.

- É curioso que essas leis sejam em estados onde há fábri-

São José do Rio Preto Guararapes MG

ONDE O AMIANTO JÁ É PROIBIDO NO BRASIL



to — diz Élio Martins, presidente da Eternit, alfinetando sua principal concorrente, Brasilit. A Brasilit não responde.

Fonte: Site da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto

guerra entre as duas empresas que já foram sócias no passado: Fernanda Giannasi, auditora Lutamos pelo banimento há mais de 20 anos.

A legislação não se limita à

Banimento do Amianto, diz que a

luta pelo banimento é anterior à

proibição do uso da fibra. No Rio, há leis obrigando a ter avisos de que o amianto faz mal à saúde e impedindo prédios públicos de usar a fibra. Mas muitas empresas conseguem liminares para continuar funcionando.

nistros cassaram liminar de tribunais inferiores que tornava a lei sem efeito. Noutra decisão, mas essa na direção contrária,

fiscal do Trabalho e coordenadora da Rede Virtual Cidadã pelo cas que produzem sem o amian-

COM ALVARO GRIBEL

O BRASIL SEM AMIANTO

Duas cidades ligadas pelo amianto

Em Bom Jesus da Serra, poeira branca era 'neve no sertão'. Em Minaçu, creche e até igreja são bancadas por empresa



Cássia Almeida cassia@oglobo.com.br Danilo Fariello danilo.fariello@bsb.oglobo.com.br

Correspondente

• BOM JESUS DA SERRA (BA) e MINAÇU (GO). Enquanto as discussões fervilham nas universidades, no Congresso e na Justiça, os moradores de Bom Jesus da Serra, no semiárido baiano, e em Minaçu, no interior de Goiás, vivem às margens do amianto. As duas cidades sofrem com os efeitos da mineração. A primeira nasceu com o início da extração do asbesto no Brasil, em 1940. A segunda ainda vive da mina.

Dono de uma olaria, Esmeraldo dos Santos Teixeira, conhecido como Nego em Bom Jesus, lembra da infância. Com a mãe, usava um martelinho de geólogo e, desde os 8 anos, tirava a lã de amianto das pedras que não passavam na britadeira. Trocava a fibra por papéis que exibia valores que eram aceitos na vila operária na década de 1940. Na cidade, tinha até pista de pouso, cinema, posto médico, escola e igreja. Tudo custeado pela Sama, que pertencia à francesa Saint-Gobain, e explorou a mina até 1967. Hoje, a Sama é da Eternit.

— Brincávamos na poeira e no lago depois que a mina foi desativada (em 1967). Não sabíamos que o amianto matava — diz Esmeraldo, lembrando que a poeira branca tomava conta da cidade e parecia nevar no sertão, a ponto de o cemitério se chamar Branca de Neve.

Essa consciência surgiu somente na década de 2000. O pai, Israel Teixeira, era classificador de amianto. Em 1987, com 57 anos, morreu com sintomas de "fadiga", como a maioria dos extrabalhadores da mina de São Félix: as unhas ficaram roxas, ele não podia andar 30 metros que cansava e sua capacidade respiratória se foi, conta Teixeira:

— Em 2001, meu primo morreu de asbestose e comecei a perceber que meu pai também foi vítima do amianto.

Assim como Ilton Batista Cascalho acompanha periodicamente a evolução de seu nódulo calcificado no lado direito do pulmão, a cidade de Minaçu, em Goiás, às margens do Rio Tocantins, monitora os debates sobre o banimento do uso do amianto no país. Cascalho depende da sua capacidade respiratória, assim como os moradores da cidade dependem da mina.

O fechamento da mina de Cana Brava em Minaçu assusta funcionários e ex-funcionários da empresa com problemas pulmonares — que têm plano de saúde vitalício custeado pela Sama. A economia do município depende em mais de 50% da mina. Há 638 funcionários da Sama em Minaçu e 584 terceirizados.

84 terceirizados. — Se a Sama fechar, Minaçu vira uma cidade fantasma. E eu fico ruim no mercado, porque vou passar a ser visto como um trabalhador doente — disse Ednaldo Luiz Corrêa, de 33 anos, funcionário da mineradora.

A cidade já vive essa incerteza. Casas vendidas por R\$ 300 mil hoje não têm comprador por valor algum. Há busca por novas receitas, como a expansão do turismo, em parte paga com *royalties* da cidade.

A empresa patrocina creche, asilo, clube, escola, hospital e até um incinerador para processar o lixo da cidade. Para agradar a todos, pagou a construção da matriz da igreja católica e também da maior igreja evangélica.

Era assim também em Bom Jesus, tudo acontecia com o patrocínio da mina. E a história se repete 50 anos depois em Goiás. Hoje, em Bom Jesus da Serra, doentes e viúvas fazem fila. Famílias vivem de aposentadorias rurais, Bolsa Família e agricultura de subsistência quando há chuva. Em Bom Jesus, não cai água do céu desde 26 de dezembro.

Na chamada cama de poeira, onde o minério era separado, operários, entre eles, muitas mulheres, ficavam cobertos de pó. Evandra Vieira Brito, que perdeu o marido, ex-funcionário da Sama, com câncer em 2009, lembra das amigas da mina:

— Eram umas 20 meninas na cama de poeira. Morreram toda vomitando sangue.

Mineradora desistiu de investir US\$ 50 milhões

Em Minaçu, se a mineração se tornar inviável, o plano é conseguir um cronograma de banimento. Representantes de trabalhadores e da cidade têm conversado com o Ministério de Minas e Energia para traçar um plano, no caso de fechamento a curto prazo e a longo prazo.

Mesmo operando em capacidade máxima há quatro anos, a mineradora não investiu US\$ 30 milhões para elevar sua capacidade anual de extração em 50 mil toneladas/ano — hoje, extrai 300 mil toneladas — com medo de não recuperar o investimento. A empresa também tem procurado ex-empregados e viúvas da asbestose doença causada por exposição ao amianto — propondo um Instrumento Particular de Transação (IPT) para que eles abram mão de disputas judiciais. Com o IPT, a empresa dá plano de saúde e indenização a partir de R\$ 35 mil.

— Há um passivo antigo, mas não há novo caso de doença pulmonar (causada pelo amianto) há 30 anos — disse Rubens Rela Filho, diretor geral da Sama.■

O BRASIL SEM AMIANTO: *Ama*nhã: *JUSTIÇA COMEÇA A INDENI-ZAR AS VÍTIMAS DA FIBRA*



BALTAZAR, EX-FUNCIONÁRIO da Sama, hoje trata o pulmão



EXTRAÇÃO DE amianto na empresa Sama, em Minaçu, Goiás: mina que sustenta a cidade é atualmente a única em atividade no país



há chuva. Em Bom Je-EM BOM Jesus da Serra, Evandra é uma das viúvas do amianto



ALCIDES, AO lado da mulher, tem asbestose causado pelo trabalho na mina

As dúvidas mais comuns sobre a fibra

É perigoso usar telhas de ami-

Quem defende a fibra diz que não. A justificativa é de que, segundo pesquisas, ninguém adoeceu morando em casas cobertas pelas telhas. Elas demoram décadas para se deteriorar e as fibras ficam presas ao cimento usado na fabricação das telhas. Já quem defende a proibição diz que as telhas se deterioram e o cimento que prende as fibras se solta juntamente com o amianto. Assim, as fibras podem ser inaladas e causar câncer mais tarde. Mas os riscos são muito baixos, admitem.

cobertas pelas telhas. Elas demoram décadas para se deteriorar e as fibras ficam presas amianto?

> Quem defende a fibra afirma que não há pesquisas que indicam que há risco ao beber essa água porque a contaminação

se dá só na inalação da fibra. Já quem é contra o amianto diz que não há evidências suficientes de que ingerir a fibra possa causar danos à saúde. Mas, segundo Ubirani Otero, responsável pela Área de Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho e ao Ambiente, do Inca, há estudos que ligam a absorção do amianto por via oral à câncer de laringe, pulmão e estô-

Há risco para trabalhadores? Quem defende a fibra lembra que após 1980 foram adotadas medidas de segurança que impedem a contaminação do trabalhador. Já quem defende a proibição diz que não há níveis seguros pelo fato de o amianto ser uma fibra considerada cancerígena. Ainda há os trabalhadores da construção civil que

não contam com a segurança

do trabalho nas fábricas.

CORPO A CORPO ÉLIO MARTINS

'Vamos banir a motocicleta?'

• O mais recente vídeo institucional da Eternit traz o lema "um novo ciclo". Ele indica uma reforma no modelo de produção da empresa, mas não cita diretamente o fim das operações com o amianto. Segundo Élio Martins, presidente da Eternit, como empresa de capital aberto ela tem de se preparar para diferentes cenários.

• O GLOBO: Como a Eternit vê a possibilidade de o amianto ser banido no país?

ÉLIO MARTINS: Eu parto do princípio que, se não restarem dúvidas de que não é possível trabalhar e usar esses produtos com segurança, estamos dispostos a capitanear o processo de mudança no tempo tecnicamente possível para isso. Mas as autoridades ainda têm dúvidas dessa decisão.

 Muitos países aboliram o amianto, por causa de problemas de saúde...

MARTINS: Na Europa havia mais de 1.500 fibras por centímetro cúbico de ar. A lei brasileira fala em 2 fibras/cm3 e trabalhamos com 0,1 fibra/cm3. O mundo usa 2,2 milhões de toneladas por ano em mais de 120 países. Esse negócio hoje não é tão

pequeno como dizem.

 $\bullet A$ empresa tem plano B, para o caso do banimento? MARTINS: Existem situações em que não dá para ter plano B, como para a mineradora ou Minaçu. Já a Eternit é uma empresa de materiais de construção. Obviamente que a empresa tem de pensar como seria o dia seguinte, sem a principal matéria-prima. Mas esse plano B tem que ser do Brasil: o setor representa 50% do que o Brasil usa de coberturas (em imóveis). Alternativas sem amianto não têm a mesma qualidade e são mais caras.

• Mas o caso europeu provou que é possível usar outros produtos.

MARTINS: A Europa proibiu o amianto porque não há demanda em construção, mas elegeu produtos especiais para a demanda que ficou. Acabamos de despachar amianto para EUA e Alemanha, para fabricação de cloro-soda, por exemplo. Toda tecnologia implica risco, por isso temos de minimizá-lo. Morrem sete mil motociclistas por ano e outros sete mil ficam inválidos. E, por isso, vamos banir a mo-

tocicleta? (Danilo Fariello)

CORPO A CORPO

FERNANDA GIANNASI

'São um milhão de expostos'

• A auditora fiscal do Trabalho Fernanda Giannasi luta pelo banimento do amianto há mais de 20 anos. Para ela, não há nível seguro de uso da fibra e os trabalhadores e a população estão expostos.

• O GLOBO: A indústria diz que não há risco para os trabalhadores desde os anos 1980, com a adoção das medidas de segurança. **FERNANDA GIANNASI:** Não há nível seguro de uso de uma substância cancerígena como o amianto. Ainda há o risco para o restante da cadeia produtiva, como os trabalhadores da construção civil, que não trabalham com as medidas de segurança adotadas nas fábricas.

• Há 66 países que proibiram o amianto. Mas não há proibição nos Estados Unidos e Canadá. Por quê?

FERNANDA: Nos Estados Unidos, o amianto caiu em desuso em decorrência do valor altíssimos das indenizações. O Canadá exportava mais de 90% do que produziu, afirmando que o amianto não servia para os canadenses.

• A indústria do amianto afir-

ma que por trás da luta pelo banimento há. na verdade.

uma guerra comercial?
FERNANDA: A luta pelo banimento do amianto vem bem antes dessa guerra comercial, quando as duas empresas, Eternit (que produz com amianto) e Brasilit (que fabrica telhas sem a fibra), ainda eram sócias.

 Minaçu, onde existe a mina em atividade, depende totalmente da mineração. Como ficará a cidade sem o amian-

FERNANDA: Minaçu tem uma dependência quase umbilical com a mineração. É preciso criar uma alternativa para cidade, para que ela não se transforme numa Bom Jesus da Serra (cidade baiana que abrigou a primeira mina no Brasil). Eles bancam tudo para criar essa dependência.

• Qual a estimativa de números de expostos ao amianto no Brasil?

FERNANDA: São quatro mil trabalhadores diretos na mina e nas indústrias. Mas os expostos abrangem os operários da construção, a população do entorno das fábricas e os parentes. Assim, o número sobe para um milhão de expostos. (Cássia Almeida)